

CONCURSO PÚBLICO

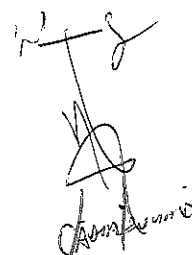
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENTES OPERACIONAIS-
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MUNICIPAIS / SETEMBRO
DE 2016 A JUNHO DE 2017”

Valor Base: 116.000,00 €

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

(artigo 148º do CCP)



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de janeiro – reuniu nas instalações desta Entidade, sita no edifício dos Paços do Concelho, o júri do procedimento, designado para o concurso público de “Aquisição de Serviços de Assistentes Operacionais- Estabelecimentos de Ensino municipais / Setembro de 2016 a Junho de 2017”, a fim de se proceder à elaboração do Relatório Final com a ordenação das propostas.

Nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, procedeu-se à audiência prévia dos interessados, tendo-lhes sido remetido o Relatório Preliminar.

Findo o prazo estabelecido para a audiência prévia dos interessados, o júri do procedimento verificou que foi apresentada uma reclamação, pelo concorrente:

- **N.º 10 - Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda**

2. ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS

2.1 Concorrente N.º 10 - Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda

O concorrente reclama o facto de não lhe ter sido possível validar qualquer certificado/assinatura digital associado aos documentos apresentados na proposta do concorrente Nível Activo Unipessoal Lda.

Da análise às alegações apresentadas, o júri do procedimento solicitou à Vortal um esclarecimento relativo à situação reportada.

Do esclarecimento remetido, pode ler-se:

“ Por forma a ajudar os concorrentes no cumprimento do nº1 do artigo 54º, a plataforma exige que todos os ficheiros que compõem as propostas sejam assinados eletronicamente, antes da sua submissão, podendo V/ Exas. comprovar esse facto através do recibo comprovativo de submissão e consultando o detalhe da assinatura utilizada na plataforma (no qual terão toda a informação relativa ao certificado utilizado, bem como a validade da assinatura que comprova a integridade do ficheiro que foi anexado). Os operadores económicos/ concorrentes são assim obrigados a efetuar a assinatura eletrónica na plataforma em todos os ficheiros que constituem as propostas em procedimentos ao abrigo do CCP.

Além da assinatura eletrónica dos ficheiros que a plataforma exige que os concorrentes façam antes da submissão da proposta, caso os concorrentes queiram embutir assinaturas eletrónicas nos ficheiros, esclarecemos que:

- o Caso estes queiram que a plataforma embute a assinatura em ficheiros PDF's (e aqui apenas em ficheiros cuja extensão seja PDF) o utilizador, no momento de anexação do ficheiro, deverá selecionar a opção “Anexar e Assinar”. Uma vez que a encriptação dos documentos na plataforma passou a ser feita no momento do seu upload, antes do ficheiro ser encriptado será solicitado ao utilizador que efetue a sua assinatura. Efetuando a anexação do ficheiro e assinando posteriormente não será possível que a plataforma embute a assinatura no ficheiro, uma vez que o mesmo já se encontra encriptado.*
- o O concorrente poderá também assinar os ficheiros localmente (seja um ficheiro com extensão PDF ou outras extensões), fora da plataforma, antes de efetuar o seu upload de forma a que os mesmos tenham embutidas as assinaturas digitais.*

Relativamente à assinatura e anexação de ficheiros compactados, a Lei 96/2015, no nº 5 do artigo 54º, refere que nos documentos eletrónicos comprimidos/compactados “a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem”. Neste cenário, os concorrentes deverão assinar localmente (fora da plataforma) todos os ficheiros que constituem o ficheiro compactado e anexar e assinar o ficheiro compactado na plataforma”.

Da análise do acima exposto, o júri do procedimento, decide por unanimidade, acolher a pronúncia apresentada pelo concorrente Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda e reanalisar todas as propostas submetidas, resultando a exclusão das propostas n.º 2 - Intelac Recursos Humanos Lda, n.º 3 - Nivel Activo Unipessoal Lda, n.º 5 - Egor Outsourcing – Prest. Serv., Org. Adm. Pessoal, Lda, n.º 6 - Cineduca, Lda, n.º 9 - ManpowerGroup Solutions, Unipessoal Lda e n.º 11 - LTG Trabalho Temporário, nos termos do disposto no art.º 27.º da Portaria 701-G/2008, de 29 de julho.

Assim, o Júri procedeu à seguinte ordenação das propostas admitidas:

Ordem	Proposta N.º	Concorrente	Preço
1º Classificado	10	Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda	98.912,56 €
2º Classificado	1	Tonus – Trabalho Temporário, Lda.	104.673,79 €
3º Classificado	4	Talenter – Gestão de Projectos, Lda	113.700,00 €
4º Classificado	8	AHP - Allied Healthcare Professionals, Lda	113.894,00 €
5º Classificado	7	Espalha Ideias - Actividades de tempos Livres lda	115.800,00 €

Em face da ordenação das propostas que foram objeto de análise pelo júri do procedimento, delibera o mesmo, por unanimidade, propor adjudicação à firma **Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda.**, pelo valor de **98.912,56 € (Noventa e oito mil novecentos e doze euros e cinquenta e seis cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 148º do CCP, concede-se nova audiência prévia dos concorrentes, nos termos do art.º 147.º do referido CCP.


E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrado a presente relatório, que depois de lido e confirmado vai ser assinado pelos membros do júri.

Paços do Concelho, 09 de setembro de 2016

O JÚRI DO PROCEDIMENTO,



(Presidente do Júri – Nuno Miguel de Sousa Ribeiro Soares)



(Membro suplente -1º vogal – Cláudia Maria Neves Guimarães)



(Membro efetivo – 2º vogal – Manuel Gaspar Soares Cerqueira)

ANEXO I – Relatório Preliminar



Handwritten signature and date: 2017/06/27



CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENTES
OPERACIONAIS- ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
MUNICIPAIS / SETEMBRO DE 2016 A JUNHO DE 2017”

Valor Base: 116.000,00 €

RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

(artigo 122º do CCP)

Aos trinta dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, reuniu o júri do procedimento designado por deliberação da Câmara Municipal de 08/08/2016, para o concurso público de "Aquisição de Serviços de Assistentes Operacionais- Estabelecimentos de Ensino municipais / Setembro de 2016 a Junho de 2017", composto por Nuno Miguel de Sousa Ribeiro Soares, que presidiu, Cláudia Maria Neves Guimarães e Manuel Gaspar Soares Cerqueira, que secretariou, a fim de se proceder à apreciação e análise das propostas e elaborar o Relatório Preliminar com a ordenação das mesmas.

O preço base do concurso é de 116.000,00 € (Onze mil cento e dezasseis euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

As propostas patentes ao concurso são as constantes no quadro seguinte:

Quadro 1 – Propostas e concorrentes presentes a concurso

N.º Ordem	Dia/hora	Concorrente	Valor da proposta
1	19-08-2016 18:23:57	Tonus – Trabalho Temporário, Lda.	104.673,79 €
2	22-08-2016 15:57:41	Intelac Recursos Humanos Lda	106.627,64 €
3	28-08-2016 20:45:01	Nível Activo Unipessoal Lda.	97.989,60 €
4	29-08-2016 08:35:14	Talenter – Gestão de Projectos, Lda	113.700,00 €
5	29-08-2016 11:50:23	Egor Outsourcing – Prest. Serv., Org. Adm. Pessoal, Lda	105.995,67 €
6	29-08-2016 15:28:00	Cineduca, Lda	100.562,96 €
7	29-08-2016 15:39:45	Espalha Ideias - Actividades de tempos Livres Ida	115.800,00 €
8	29-08-2016 16:11:03	AHP - Allied Healthcare Professionals, Lda	113.894,00 €
9	29-08-2016 16:43:56	ManpowerGroup Solutions, Unipessoal Lda	115.740,92 €
10	29-08-2016 17:30:59	Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda	98.912,56 €
11	29-08-2016 17:50:12	LTG Trabalho Temporário	112.795,38 €

O critério estabelecido para a adjudicação é o do mais baixo preço, atendendo ao disposto no artigo 74.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro

O Júri analisou as propostas apresentadas, tendo deliberado, por unanimidade, propor a admissão/exclusão das seguintes propostas pelos motivos e com os fundamentos a seguir indicados:

Proposta n.º 1, Tonus – Trabalho Temporário, Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 104.673,79 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 2, Intelac Recursos Humanos Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 106.627,64 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 3, Nivel Activo Unipessoal Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 97.989,60 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 4, Talenter – Gestão de Projectos, Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 113.700,00 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 5, Egor Outsourcing – Prest. Serv., Org. Adm. Pessoal, Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 105.995,67 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 6, Cineduca, Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 100.562,96 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 7, Espalha Ideias - Actividades de tempos Livres Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 115.800,00 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 8, AHP - Allied Healthcare Professionals, Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 113.894,00 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 9, ManpowerGroup Solutions, Unipessoal Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 115.740,92 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 10, Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 98.912,56 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 11, LTG Trabalho Temporário.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 112.795,38 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (116.000,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 6.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Apresenta-se o seguinte quadro de concorrentes admitidos e excluídos:

Quadro 2 – Propostas e concorrentes admitidos e excluídos

Proposta n.º	Denominação do Concorrente	Admissão/exclusão das propostas para análise
1	Tonus – Trabalho Temporário, Lda.	ADMITIDA
2	Intelac Recursos Humanos Lda	ADMITIDA
3	Nível Activo Unipessoal Lda.	ADMITIDA
4	Talenter – Gestão de Projectos, Lda	ADMITIDA
5	Egor Outsourcing – Prest. Serv., Org. Adm. Pessoal, Lda	ADMITIDA
6	Cineduca, Lda	ADMITIDA
7	Espalha Ideias - Actividades de tempos Livres Ida	ADMITIDA
8	AHP - Allied Healthcare Professionals, Lda	ADMITIDA
9	ManpowerGroup Solutions, Unipessoal Lda	ADMITIDA
10	Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda	ADMITIDA
11	LTG Trabalho Temporário	ADMITIDA

Assim, o Júri procedeu à seguinte ordenação das propostas admitidas:

Ordem	Proposta N.º	Concorrente	Preço
1º Classificado	3	Nível Activo Unipessoal Lda.	97.989,60 €
2º Classificado	10	Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda	98.912,56 €
3º Classificado	6	Cineduca, Lda	100.562,96 €
4º Classificado	1	Tonus – Trabalho Temporário, Lda.	104.673,79 €
5º Classificado	5	Egor Outsourcing – Prest. Serv., Org. Adm. Pessoal, Lda	105.995,67 €
6º Classificado	2	Intelac Recursos Humanos Lda	106.627,64 €
7º Classificado	11	LTG Trabalho Temporário	112.795,38 €
8º Classificado	4	Talenter – Gestão de Projectos, Lda	113.700,00 €
9º Classificado	8	AHP - Allied Healthcare Professionals, Lda	113.894,00 €
10º Classificado	9	ManpowerGroup Solutions, Unipessoal Lda	115.740,92 €
11º Classificado	7	Espalha Ideias - Actividades de tempos Livres Ida	115.800,00 €

Em face da ordenação das propostas que foram objeto de análise pelo júri do procedimento, delibera o mesmo, por unanimidade, propor adjudicação à firma Nivel Activo Unipessoal Lda., pelo valor de 97.989,60 € (Noventa e sete mil novecentos e oitenta e nove euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Nos termos do disposto no artigo 123º do CCP, deverá proceder-se à audiência prévia dos concorrentes.

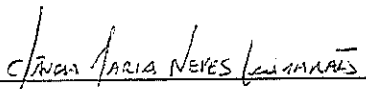
E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrado a presente relatório, que depois de lido e confirmado vai ser assinado pelos membros do júri.

Paços do Concelho, 30 de agosto de 2016

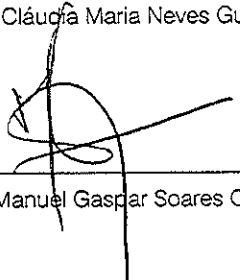
O JÚRI DO PROCEDIMENTO,



(Presidente do Júri – Nuno Miguel de Sousa Ribeiro Soares)




(Membro suplente -1º vogal – Cláudia Maria Neves Guimarães)



(Membro efetivo – 2º vogal – Manuel Gaspar Soares Cerqueira)

ANEXO II – Alegação do Concorrente

- N.º 10 - Grandalvo - Empresa de Trabalho Temporário, Lda



Município de Arcos de Valdevez
Câmara Municipal

Viana do Castelo, 01 de Setembro de 2016.

Assunto: Direito de audiência prévia

Concurso: Aquisição de Serviços de Assistentes Operacionais - Estabelecimentos de ensino municipais
Setembro de 2016 a Junho de 2017

Exmos. Senhores,

Nos termos do artigo 147.º, do Código de Contratos Públicos, usufruindo do período de audiência prévia, pronunciamo-nos sobre o relatório preliminar de análise das propostas apresentadas ao concurso Aquisição de Serviços de Assistentes Operacionais - Estabelecimentos de ensino municipais Setembro de 2016 a Junho de 2017.

Após análise da proposta submetida a concurso pela entidade Nível Activo Unipessoal, Lda, classificada em primeira posição no relatório preliminar, constatamos que a mesma não cumpre o disposto na alínea c) do número 3 do artigo 8.º do programa do concurso: "A proposta e todos os documentos que lhe associarem, deverão ser assinados electronicamente, de acordo com o previsto com o artigo 27.º da Portaria 701-G/2008 de 29 de Julho"

Na proposta apresentada a concurso pelo concorrente mencionado e disponível na plataforma electrónica, não nos é possível validar qualquer certificado/assinatura digital associado nos documentos: *Anexo 1.pdf, Anexo III.pdf e Certidão Permanente Nível Activo.pdf.*

Posto isto, consideramos que a proposta do concorrente Nível Activo Unipessoal, Lda, deve ser excluída do concurso mencionado, por não cumprir com o disposto do respectivo programa de procedimento.

Com os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos,


A Gerência

